

Os Embargos Infringentes após a Lei 10.352/2001

Carolina Tenório de Mello*

Introdução

A Lei 10.352, de 26 de dezembro de 2001, introduziu alterações significativas no Código de Processo Civil, principalmente no que tange à disciplina dos recursos processuais. Dessa forma, a lei que modificou alguns dispositivos do Código de Processo Civil trouxe inovações consideráveis a normatização dos embargos infringentes, o que gerou um vasto campo de estudo.

O tema objeto deste trabalho é um estudo muito relevante, já que se trata de matéria muito atual, que ensejará muitos questionamentos e indagações. Por isso, a análise das mudanças trazidas pela Lei 10.352/01 será significativa, uma vez que a modificação no cabimento dos embargos infringentes, consequentemente, gerará um conflito de normas, já que existirão julgamentos proferidos e publicados na égide da lei antiga, porém com intimação na vigência da lei nova. Assim, este estudo trará uma contribuição muito importante no que diz respeito à análise dos novos embargos infringentes, no seu cabimento, pressupostos, prazos, regularidade formal, além de fazer uma análise crítica acerca do direito intertemporal dos recursos.

Assim, o tema tem pertinência, já que o seu estudo buscará dirimir dúvidas acerca dos embargos infringentes trazidos pela Lei 10.352/01, contribuindo assim com a jurisprudência e a doutrina acerca do assunto, uma vez que buscará analisar a regularidade

formal, todos os pressupostos e, principalmente, o cabimento dos embargos infringentes, que com certeza será motivo de grandes debates no meio jurídico atual. Além disso, analisará também o direito intertemporal, porque dever-se-á estabelecer quais serão as normas aplicadas no caso de conflitos da norma anterior com a norma posterior.

Portanto, o tema sugerido para a pesquisa configura-se como um amplo campo de estudo, atual e polêmico, com uma grande relevância acadêmica, já que esclarecerá pontos controvertidos acerca dos embargos infringentes na Lei 10.352/01, além de enfatizar e desenvolver outros assuntos que não são controvertidos, mas que necessitam de análise mais aprofundada.

1. Embargos infringentes no Direito vigente – Lei 10.352 de 2001

Os embargos infringentes sempre foram considerados como um recurso de utilidade bastante questionada. Previstos unicamente no direito brasileiro, desde o Código de Processo Civil de 1939 a doutrina de um modo geral já propugnava pela sua retirada de nosso ordenamento jurídico. O Professor Pedro Batista Martins, autor do anteprojeto do Código de Processo Civil de 1939, advertia que esse recurso tenderia a desaparecer, “em futuro próximo ou remoto, da nossa legislação processual”, constituindo ele um *bis in idem*: é o segundo tempo do recurso de apelação”.¹

*Graduanda em Direito pelo UniCeub

As críticas a respeito da permanência dos embargos infringentes em nosso sistema recursal encontram-se fundamentadas em motivos históricos, no prolongamento ainda maior do processo e no excesso de recursos do sistema cível brasileiro.²

Sem adentrar, desde logo, nas justificativas que para balizar ou não a manutenção do referido recurso em nosso sistema, o certo é que o legislador fez a opção de mantê-lo. Assim, igualmente poderia na reforma sob comento ter retirado em definitivo essa modalidade recursal do nosso ordenamento, mas não o fez.³ Daí a necessidade do estudo do instituto à luz da legislação vigente, com a posterior análise *de lege ferenda*.

1.1. Conceito, natureza jurídica e escopo

Recurso é uma espécie de remédio processual que a lei coloca à disposição das partes para impugnação de decisões judiciais, dentro do mesmo processo, com vistas à reforma, invalidação, esclarecimento ou integração, bem como para impedir que a decisão impugnada se torne preclusa ou transite em julgado.⁴

Para Nelson Nery Junior, recurso é o remédio processual que a lei coloca à disposição das partes, do Ministério Público ou de terceiro a fim de que a decisão judicial possa ser submetida a novo julgamento por órgão de jurisdição hierarquicamente superior, em regra, àquele que a proferiu.⁵ O Professor define, assim, o recurso como sendo uma espécie do gênero remédio processual para o reexame das decisões judiciais.

Para o Desembargador Barbosa Moreira, recurso é o remédio voluntário idôneo

a ensejar integração da decisão judicial que se impugna, dentro do mesmo processo, mas não, necessariamente, nos mesmos autos.⁶

Dessa forma, por ser o instituto dos embargos infringentes uma espécie do gênero recurso, também é possível conceituá-lo como sendo um remédio jurídico, no entanto, como todo recurso, tem as suas peculiaridades.

Os embargos infringentes podem ser conceituados como um remédio jurídico, que tem cabimento para impugnar acórdão não-unânime de provimento de apelação tirada de sentença definitiva ou de procedência de ação rescisória. O instituto tem por objetivo buscar uma nova oportunidade para que a turma julgadora reaprecie a matéria objeto da divergência e profira nova decisão, desta vez favorável ao embargante, não-divergente, o que pode ocorrer ou não.⁷

Como todo recurso, os embargos infringentes abrangem um direito subjetivo, direito de recorrer, também considerado por parte da doutrina como um ônus processual, uma vez que sua interposição só lhe pode trazer benefícios, arcando a parte com os prejuízos da sua não-interposição.⁸ Além de ter em sua natureza, também, o aspecto da extensão do direito de ação, uma vez que em sua maioria, ele se origina de um fato verificado dentro do processo: a decisão recorrida.⁹

Por todo exposto, conclui-se que os embargos infringentes são um remédio jurídico que impugnem um aresto não-unânime de provimento de apelação contra sentença de mérito ou de procedência de ação rescisória. Além disso, tem como natureza jurídica ser um direito subjetivo, ônus processual e extensão do direito de ação.

Por fim, tem ele, claramente, devido ao seu conceito e natureza jurídica, o escopo processual de fazer prevalecer a conclusão do voto divergente proferido em aresto prolatado em julgamento direto da apelação ou de ação rescisória.¹⁰

1.2. Cabimento

A alteração mais profunda trazida pela Lei 10.352 diz respeito ao cabimento do recurso de embargos infringentes. Eis a nova redação do art. 530, *in verbis*: “Cabem embargos infringentes quando o acórdão não-unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência” (grifo não consta do original).

Da comparação da redação anterior com a atual, dada pela Lei 10.352, evidenciam-se de imediato três modificações relevantes, no que diz respeito ao próprio cabimento do recurso. São elas:

*a) a primeira relaciona-se com a necessidade de reforma da sentença recorrida, ou seja, recurso de apelação provido; b) a segunda, diz respeito à necessidade de a sentença ser de mérito; c) por fim, a terceira, que advém da necessidade de o tribunal ter julgado procedente a ação rescisória.*¹¹

Essas modificações, como é evidente, não se encontravam no original do art. 530 do Código de Processo Civil de 1973. Anteriormente, para o cabimento dos infringentes bastava que o acórdão contivesse uma parte não-unânime, proferida em grau de apelação ou na ação rescisória.¹² O cabimento inde-

pendia da natureza da sentença, além de não importar se o acórdão reformasse ou não a sentença, ou se julgasse procedente ou improcedente a ação rescisória.

Portanto, não importava o conteúdo da sentença, ou seja, a sentença poderia ser terminativa ou de mérito,¹³ *litteris*:

Embargos infringentes. Preliminar. Cabimento dos embargos. Lei velha.

– De acordo com a lei vigente ao tempo do julgamento da apelação, aplicável ao caso, eram cabíveis os embargos infringentes contra julgamento em que a divergência surgiu no exame de questão preliminar (REsp 115.183/GO, rel. o Min. Eduardo Ribeiro; Nelson Nery e Rosa Maria Nery, *Código de Processo Civil*, 4ª ed., art. 530, n. 11; Lei 10.532/2001).

– Recurso conhecido e provido.¹⁴

Além disso, mesmo no tribunal, a apelação poderia ser ou não conhecida, provida ou improvida, reformada ou anulada a sentença. Havendo voto vencido, fosse no juízo de admissibilidade, fosse no mérito recursal, permitia-se a interposição dos embargos infringentes. Era necessário apenas o pronunciamento do colegiado, em votação não-unânime, acerca do recurso de apelação.¹⁵

Ocorre que com a mudança do regime partiu-se da idéia de que os embargos infringentes consistem em uma reiteração de um recurso ordinário, no mesmo grau de jurisdição, e, de outro lado, relevando os argumentos favoráveis à sua eliminação do ordenamento processual, os embargos infringentes foram mantidos, todavia de forma restrita.¹⁶

Ao revés, o Código vigente contém, com a notória restrição no tocante ao cabimento do recurso, três modificações.

A primeira, que consiste na necessidade de o tribunal *ad quem* reformar a sentença *a quo*, representa um retorno ao original Código de Processo Civil de 1939. Essa modificação retrata, quase com fidelidade, o que existia no sistema recursal daquele pretérito Código. A redação original do art. 833 do Código de 1939 previa expressamente o critério da dupla conformidade, pelo qual não caberia o recurso de embargos infringentes se o acórdão do tribunal confirmasse a sentença, ainda que por maioria. Portanto, era necessário que o tribunal reformasse a sentença.¹⁷

Assim, prevalecendo a sentença *inalterada*, já não serão cabíveis os embargos infringentes de acórdão que não conheça, por maioria de votos, do recurso de apelação, assim como daquele que nega provimento. Aliás, este é o entendimento que vem sendo adotado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, *litteris*:

Embargos infringentes. Negativa de seguimento. Acórdão confirmando o julgado monocrático. Decisão mantida. Agravo regimental improvido.

Dentre as alterações introduzidas no CPC pela Lei 10.352/01, que entrou em vigor em 27/03/02, *inclui-se a contida no art. 530, segundo a qual só cabem embargos infringentes quando o acórdão não-unânime houver reformado a sentença. Se no caso sub judice a sentença de mérito foi mantida, por maioria, incabível os embargos infringentes, sendo, pois, correta, a decisão do eminente relator que negou provimento ao recurso*¹⁸ (grifo não consta do original).

Pelo exposto, verifica-se que os embargos infringentes serão cabíveis apenas contra acórdãos não-unânicos que reformem, total ou parcialmente, a sentença ou que julgarem procedente o pedido de ação rescisória.¹⁹

Deve, assim, haver divergência na conclusão dos votos e não apenas nos fundamentos. Se a conclusão for unânime, ainda que por fundamentos diferentes, não haverá falar-se em divergência capaz de admitir os infringentes.²⁰

Assim, a dissidência de votos que autoriza a interposição do recurso de embargos infringentes é a que se refere ao voto vencido, de modo a viabilizar a sua prevalência, não apenas seus motivos e fundamentação.²¹

Vê-se, portanto, que é de extrema importância a existência de declaração do voto vencido do julgador que divergiu da maioria quando do julgamento da apelação ou da ação rescisória, pois é do teor do voto vencido que se poderá extrair a divergência, que corresponderá ao âmbito de devolutividade dos embargos infringentes.²²

Além disso, deve o pedido do recurso de embargos infringentes restringir-se aos limites do voto vencido, requerendo o recorrente que este prevaleça, não podendo o julgamento dos embargos infringentes ir além dos limites da divergência estabelecidos pelo voto vencido.²³ A medida da divergência é *quantitativa e não qualitativa*. Nos limites do voto vencido a devolução é total, podendo os embargos infringentes ser providos por outro fundamento, contanto que a conclusão se contenha dentro dos limites quantitativos do voto divergente.²⁴

Enfatiza-se, também, que se tratando de parcelas decomponíveis, e se no julgamento da apelação prevalecer o voto médio, por divergência entre os três julgadores, são igualmente cabíveis embargos infringentes por ambas as partes, parcialmente vencidas.²⁵

Se, pela dispersão dos votos, nenhuma das soluções reúne a maioria, e o resultado do julgamento se apura mediante a aplicação da média, serão cabíveis os embargos infringentes contra os votos que, num sentido ou em outro, diferiam da solução prevalecente. Assim, adotada a solução intermediária, ante a impossibilidade de conciliação, o acórdão é embargável tanto pelo autor como pelo réu.²⁶

Além disso, é importante destacar que o art. 530 silencia quanto à hipótese de a maioria dos votos conter um juízo negativo de admissibilidade, não conhecendo da apelação ou extinguindo o processo de ação rescisória sem julgamento do mérito. Ocorre, que o referido artigo é claro e deixa evidente que os embargos em qualquer um desses casos é *inadmissível*. Tal conclusão decorre do fato de que o artigo diz que os embargos infringentes são cabíveis quando o acórdão, por maioria de votos, *reformular* a sentença em grau de apelação ou *julgar procedente* a ação rescisória. Logo, como reformar a sentença em grau de apelação é conhecer do recurso e dar-lhe provimento e julgar procedente a ação rescisória é afastar preliminares de sua inadmissibilidade e julgar-lhe o mérito em favor do autor, *não serão admissíveis os embargos infringentes se houver juízo negativo de admissibilidade*.²⁷

Por tudo, a primeira alteração reside no fato de que para o cabimento dos embargos infringentes é preciso que o acórdão da apelação tenha sido contrário à sentença recorrida, sendo necessário dois juízos de mérito distintos e conflitantes entre si. Assim, se o acórdão recorrido for no mesmo sentido da sentença, não serão permitidos os embargos infringentes, uma vez que haverá dupla conformidade,

ou seja, mera repetição de decisões no mesmo sentido.²⁸

A segunda modificação apresentada ensejou severas críticas por parte de alguns doutrinadores. O Professor Flávio Cheim Jorge destacou que determinar o cabimento dos embargos infringentes unicamente nas hipóteses de sentença de mérito significa, em última análise, proporcionar uma série de inquietações e indagações de ordem doutrinária e jurisprudencial.²⁹

Na modificação trazida ao art. 515, § 3º, em inúmeras situações, é muito difícil fazer uma perfeita distinção entre sentença processual e sentença de mérito, principalmente quando ela acolhe uma das condições da ação.³⁰ Portanto, preferível seria manter a redação anterior, tornando dispensável o conteúdo da decisão recorrida para aferição do cabimento dos embargos infringentes.³¹

Já a terceira peculiaridade apresenta-se em consonância com o critério da dupla conformidade, de modo que somente há cabimento dos embargos infringentes, na ação rescisória, se o tribunal tiver rescindido a decisão rescindenda.³² É necessário que existam entendimentos diversos sobre a mesma questão.

Na ação rescisória existe um juízo de admissibilidade, no qual se analisam as condições da ação, os pressupostos processuais e os requisitos de procedibilidade. Se ultrapassada esta fase, passa-se ao juízo de mérito, em que se busca a invalidade da decisão anterior (juízo rescindente) e o rejuízo da causa (juízo rescisório).³³

Pelo revogado art. 530, seriam cabíveis os embargos infringentes contra acórdão

proferido em qualquer uma das fases, seja no juízo de admissibilidade, seja no de mérito. Ocorre que com a nova redação dada a este artigo, a votação majoritária deve ser de procedência da ação para que sejam cabíveis os embargos infringentes e, assim, a votação não-unânime deve ocorrer na fase do juízo de mérito.³⁴

Por fim, é importante ressaltar que não é possível dizer se as inúmeras situações consolidadas hoje na jurisprudência deixarão de ser discutidas. É o que acontecerá quanto ao cabimento dos embargos infringentes de acórdão tirado de agravos que versarem sobre matéria de mérito e os que se originarem de acórdãos provenientes de remessa obrigatória,³⁵ temas que serão estudados nos próximos capítulos.

1.3. Efeitos

Com relação aos efeitos, os embargos infringentes são devolutivos, pois ensejam o reexame da matéria impugnada, além daquelas cognoscíveis de ofício. Sendo este o seu principal efeito.³⁶ Realmente, os embargos infringentes são devolutivos, já que possibilitam a reanálise da matéria embargada pelo órgão hierarquicamente superior, dentro do mesmo tribunal, àquele que proferiu a decisão impugnada³⁷.

Como já destacado anteriormente, esse efeito devolutivo é restrito à matéria objeto da divergência, ou seja, dentro dos limites do voto vencido.³⁸ O recurso pode ser acolhido totalmente, com a prevalência do voto que fora vencido no aresto embargado; ser acolhido parcialmente, caso em que o embargante receberá menos do que fora deferido no voto vencido ou ser rejeitado, quando prevalecerá

a solução adotada nos votos vencedores lançados no aresto embargado.³⁹

Aplica-se também aos embargos infringentes a regra do art. 515 do Código de Processo Civil, que trata da profundidade do efeito devolutivo do apelo. Não se está adstrito às razões do voto vencido, senão na extensão deste, podendo, nos limites da divergência, chegar à solução pleiteada, ainda que por motivação distinta.⁴⁰

Aplica-se por analogia o art. 515, *caput*, do Código de Processo Civil. Como o recurso não é cabível fora dos lindes da divergência ocorrida, segue-se que a extensão máxima da devolução se apura pela diferença entre o decidido no acórdão e a solução que preconiza o voto vencido, ou, se houver mais de uma solução, a que preconiza o voto mais favorável. Entre estes dois marcos pode o órgão *ad quem* reapreciar a matéria.⁴¹

Possui também o efeito translativo, já que as questões de ordem pública, como não são suscetíveis de preclusão, ficam transferidas ao exame do tribunal, que sobre elas deverá pronunciar-se quando do julgamento dos embargos infringentes, mesmo que não tenham sido objeto da divergência, pois o efeito translativo não se confunde com o efeito devolutivo dos embargos.⁴²

Somente as questões de ordem pública poderão ser conhecidas quando do julgamento dos embargos infringentes, por provocação ou de ofício, ainda que não tenham sido objeto de apreciação anterior, ou mesmo que o tenham e a seu respeito não tenha havido divergência, por se tratar de questão que não fica acobertada pela preclusão, exceto para o mesmo órgão que as apreciou.⁴³

Quanto ao efeito suspensivo, entende-se que os embargos infringentes também deviam ser recebidos nos regulares efeitos. Entretanto, suspende-se apenas a produção dos efeitos do acórdão embargado, não havendo influência na eficácia da sentença apelada. Em outras palavras, os embargos infringentes apenas prolongam a situação criada pelos efeitos da apelação.⁴⁴

Se a apelação que resultou no acórdão embargado tiver sido recebida no efeito suspensivo, esse efeito se prolongará durante o julgamento dos infringentes. Caso contrário, também os infringentes serão recebidos apenas no efeito devolutivo, em relação ao acórdão embargado.⁴⁵

Assim, quanto ao efeito suspensivo, entende-se, no silêncio da lei, que os embargos infringentes os têm. A interposição dos embargos infringentes obstará a produção dos efeitos do acórdão embargado, quer proferido em grau de apelação ou em ação rescisória. Dessa forma, não há influência na sentença apelada.⁴⁶

Portanto, tratando-se de embargos infringentes contra acórdão de ação rescisória, também, estes terão sempre efeito suspensivo do comando contido no acórdão.⁴⁷

Além disso, também se aplica aos embargos infringentes o efeito substitutivo, consoante o que se depreende do art. 512 do Código de Processo Civil, no caso de juízo positivo de admissibilidade proferido pelo órgão julgador, com exceção da ocorrência de *error in procedendo*, que conduzirá à cassação do julgado recorrido.⁴⁸

Por fim, é bom lembrar que os embargos infringentes inadmissíveis, os quais não

se confundem com infundados, não suspendem nem interrompem o prazo para a interposição dos outros recursos, como também não produzem o efeito substitutivo previsto no art. 512 do Código de Processo Civil, não sendo admitido nos recursos extraordinário e especial a argumentação de assuntos relacionados com aqueles pleiteados no acórdão embargado.

Isto ocorre, pois o juízo negativo de admissibilidade encerra a prestação jurisdicional do órgão julgador, nos termos do art. 560 do Código de Processo Civil, além de que não preencherá o requisito do prequestionamento, pelo fato de a matéria não ter sido analisada, pois o órgão julgador não adentrou ao mérito dos embargos.⁴⁹

1.4. Prazo recursal

O prazo para a interposição do recurso de embargos infringentes não sofreu modificação. Ele continua sendo de quinze dias, conforme art. 508,⁵⁰ *litteris*: “Art. 508. Na apelação, nos embargos infringentes, no recurso ordinário, no recurso especial, no recurso extraordinário e nos embargos de divergência, o prazo para interpor e para responder é de quinze (15) dias.”

Ponto relevante com relação ao prazo recursal é a nova redação dada ao art. 498 do Código de Processo Civil, que evidenciou uma grande preocupação com a simplificação do sistema recursal,⁵¹ *in verbis*:

Art. 498. Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, e forem interpostos embargos infringentes, o prazo para o recurso extraordinário ou recurso

especial, relativamente ao julgamento unânime, ficará sobrestado até a intimação da decisão dos embargos.

Parágrafo único. Quando não forem interpostos embargos infringentes, o prazo relativo à parte unânime da decisão terá como dia de início aquele em que transitar em julgado a decisão por maioria de votos.

Na redação anterior, o recorrente tinha a obrigação de interpor simultaneamente os embargos infringentes e os recursos especial e extraordinário, conforme o caso. Ainda pior era o fato de que os recursos para os tribunais superiores ficavam suspensos até a apreciação e julgamento dos embargos infringentes, quando o recorrente teria que interpor novos recursos versando sobre a matéria objeto dos embargos.⁵²

Interpostos os três recursos, na antiga sistemática, seriam processados e julgados os embargos infringentes, ficando sobrestado o processamento dos recursos para as cortes superiores até a decisão a ser proferida naquele recurso. Contra a decisão que julgasse os embargos infringentes ainda seriam cabíveis novos recursos especial e extraordinário, cujo processamento se daria conjuntamente com aqueles anteriormente interpostos. Haveria, dessa forma, o processamento e julgamento de dois recursos extraordinários e dois especiais, conforme o caso.⁵³

Com a nova redação dada ao art. 498 do Código de Processo Civil, proferido acórdão que contenha uma parte majoritária e uma parte unânime, esta última não precisa ser impugnada imediatamente pela interposição de recursos especial e extraordinário, sendo cabíveis primeiramente os embargos infringentes. O prazo para os outros recursos

fica sobrestado, começando a fluir a partir da intimação do acórdão que julgar os embargos infringentes.⁵⁴

Concentrou-se para um único momento a oportunidade de interposição dos recursos extraordinário e especial, evitando o aviamento, em duplicidade, dos inconformismos.⁵⁵

Porém, no caso de intempestividade, a interposição dos embargos infringentes fora do prazo não obsta o trânsito em julgado no termo final do prazo em que o recurso deveria ter sido ofertado e não o foi.⁵⁶

Além disso, é importante salientar também que serão inadmissíveis os recursos extraordinário e especial se não interpostos os embargos infringentes, quando cabíveis, por força dos enunciados 281 do Supremo Tribunal Federal e 207 do Superior Tribunal de Justiça,⁵⁷ *verbis*:

Processual Civil. Agravo regimental. Decisão proferida por maioria. Não-interposição de embargos infringentes. Súmula 207/STJ.

1. Agravo regimental contra decisão que negou provimento ao agravo de instrumento interposto pela parte agravante.

2. Acórdão *a quo* que, por maioria de votos, entendeu que há incidência de correção monetária na base de cálculo do PIS.

3. Estabelece a Súmula 207/STJ que “é inadmissível recurso especial quando cabíveis *embargos infringentes* contra o acórdão proferido no tribunal de origem.

4. Há que se seguir os trâmites processuais e a indicação sumular.

5. Agravo regimental improvido⁵⁸ (não há grifo no original).

É necessário que se faça aqui uma observação no sentido de que o fenômeno que ocorre é o de que o prazo para a interposição dos recursos extraordinário e especial nem começa a fluir, no que tange à parte unânime da decisão, apesar de a lei ter usado a expressão *fica sobrestado*. O emprego desta expressão poderia dar a impressão de suspensão de prazo, o que não é o caso, pois na suspensão o prazo começa a fluir e é paralisado, contando-se o restante pelo tempo que faltava no momento da suspensão. Não é isso que ocorre neste caso. O prazo não é interrompido e muito menos suspenso. O seu *dies a quo* será o do momento da intimação do julgamento ou do trânsito em julgado da parte não-unânime do acórdão embargado ou de procedência da rescisória, contando-se a partir de então o prazo para a interposição dos outros recursos.⁵⁹

Assim, com a reforma trazida pela Lei 10.352, simplificou-se sobremaneira o sistema recursal, uma vez que com a mudança o recorrente só terá o seu prazo para interposição dos recursos extraordinário e especial iniciado quando da intimação da decisão dos embargos infringentes e, portanto, só haverá a necessidade de interpor um recurso especial e um extraordinário e não mais dois de cada, como acontecia anteriormente, conforme o caso.

1.4.1. O prazo para interposição do recurso especial e extraordinário quando não oferecidos os embargos infringentes.

A ausência de interposição dos embargos infringentes não prejudica as partes, já que, pela nova regra do parágrafo único do art. 498 do Código de Processo Civil, o prazo para a interposição dos recursos extraordinários

rio e especial só tem início a partir do trânsito em julgado da parte majoritária do acórdão.⁶⁰

Não interpostos os embargos infringentes, o prazo para os outros recursos terá início com o trânsito em julgado da parte do acórdão divergente. Assim, somente no dia em que transitar em julgado a parte da decisão proferida por maioria de votos, que houver reformado a sentença, ou seja, transcorrido *in albis* os quinze dias que a lei enseja para os embargos infringentes, é que terá início o prazo para os recursos para as cortes superiores.⁶¹

É importante ressaltar que o termo *trânsito em julgado* significa que o dia de início do prazo coincidirá com o dia do trânsito em julgado da decisão por maioria de votos, contra a qual não foram interpostos embargos infringentes. Dessa forma, não haverá intimação para a contagem do prazo, sendo o *dies a quo* o dia do trânsito em julgado, começando a contagem do prazo de quinze dias no primeiro dia útil subsequente, de acordo com a sistemática geral atinente aos prazos processuais.⁶²

Nada impede que a parte interponha seus recursos extraordinário e especial contra o capítulo unânime, antes mesmo do trânsito em julgado da parte majoritária do acórdão, ou seja, antes mesmo do início do prazo para interposição daqueles recursos, desde que a parte que interpuser estes últimos seja a mesma que deveria aviar os embargos infringentes, conforme o art. 186 do Código de Processo Civil.⁶³

Além disso, o parágrafo único do art. 498 do Código de Processo Civil somente tem aplicação caso a parte majoritária, contra

a qual não foram interpostos os embargos infringentes, tratar de matéria secundária ou não constituir fundamento suficiente do acórdão. Caso contrário, os outros recursos não serão admissíveis, já que contra o fundamento de mérito do acórdão caberia mais um recurso na justiça local, não tendo havido esgotamento prévio das instâncias ordinárias.⁶⁴ Incidem os enunciados 281 e 283 da Súmula da Corte Suprema, assim como os verbetes 126 e 207 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Por fim, não serão admissíveis os recursos extraordinário e especial quando os embargos infringentes forem interpostos intempestivamente, porque neste caso já não haverá mais prazo para a interposição dos referidos inconformismos,⁶⁵ já que não há sobrestamento por força de embargos intempestivos, que não produzem efeitos no mundo jurídico.

1.4.2. Do enunciado 355 da Súmula do Supremo Tribunal Federal

O nosso sistema recursal sempre adotou, como regra, o princípio da singularidade dos recursos. O Código de Processo Civil de 1939 era taxativo em seu art. 809, *in verbis*: “Art. 809. A parte poderá variar de recursos dentro do prazo legal, *não podendo, todavia, usar, ao mesmo tempo, de mais de um recurso*” (grifo não consta do original).

No entanto, apesar de o original Código de Processo Civil de 1973 e de o Código reformador não fazerem referência expressa a tal princípio, está consolidado o entendimento tanto na jurisprudência como na doutrina de que ele é aplicável na atual legislação.⁶⁶

Não obstante essas considerações, o próprio sistema recursal sempre admitiu exceções ao princípio da singularidade, permitindo utilização de mais de um recurso contra a mesma decisão. Isso se dava, por exemplo, no caso dos embargos infringentes, por força do original art. 498 do Código de Processo Civil de 1973,⁶⁷ *in verbis*: “Art. 498. Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime e forem interpostos simultaneamente embargos infringentes e recurso extraordinário ou especial, ficarão estes sobrestados até o julgamento daquele”.

Por força do primitivo art. 498, os prazos para os embargos infringentes e os recursos extraordinário e especial eram simultâneos e comuns. Se não interpostos os recursos para as cortes superiores desde logo e simultaneamente com os embargos infringentes, ocorria o trânsito em julgado.⁶⁸

Ocorre que com a edição da Lei 10.352, de 2001, foi dada nova redação ao art. 498, o qual ficou completamente alterado, *in verbis*:

Art. 498. Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, e forem interpostos embargos infringentes, o prazo para o recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, ficará sobrestado até a intimação da decisão dos embargos.

Parágrafo único. Quando não forem interpostos embargos infringentes, o prazo relativo à parte unânime da decisão terá como dia de início aquele em que transitar em julgado a decisão por maioria de votos.

A alteração introduzida pelo legislador *privilegiou o princípio da singularidade*.

Com a reforma, a interposição dos embargos sobrestará o prazo para os recursos extraordinário e especial. Assim, a parte não precisará utilizar-se de imediato dos referidos recursos. É possível aguardar o julgamento dos embargos infringentes e somente após a intimação do seu resultado é que a parte terá quinze dias para interpor os recursos para as Cortes Superiores.⁶⁹

Além disso, esta alteração também teve como objetivo facilitar o processamento dos recursos extraordinário, especial e dos embargos infringentes, quando interpostos contra um mesmo acórdão. Por fim, quando da intimação do acórdão dos embargos infringentes, também era possível ainda a interposição de novos recursos extraordinário e especial, pela impossibilidade de interposição anterior, por força do princípio do esgotamento das vias recursais.⁷⁰

Assim, muitas vezes ter-se-ia dois recursos da mesma espécie contra o mesmo acórdão, defluindo-se daí a necessidade de simplificação do procedimento. Realmente, não havia nenhuma razão, a não ser a imposição legal, para que o recorrente interpusse desde logo os recursos extraordinário e especial, que somente seriam processados após o julgamento dos embargos infringentes.⁷¹

Dessa forma, com a redação atual autorizando a interposição dos recursos para as Cortes Superiores somente após o julgamento dos embargos infringentes, ficando o prazo para aqueles sobrestado, *deixa de ser aplicável o enunciado 355 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, in verbis*: “355. Em caso de embargos infringentes parciais, é tardio o recurso extraordinário interposto após o julgamento dos embargos, quanto à parte

unânime da decisão embargada que não fora por eles abrangida”.

Logo, o recurso extraordinário, ou mesmo o especial, que impugnaria a parte unânime do acórdão, interposto após o julgamento dos embargos infringentes, não será mais tardio, tendo em vista que, por força do novo art. 498, a parte recorrente poderá interpor no prazo de quinze dias, após o julgamento dos embargos, um único recurso dirigido ao tribunal *ad quem* competente, após o julgamento dos embargos infringentes, sendo que o inconformismo abrangerá ambas as partes do acórdão, a unânime e a não-unânime, não havendo mais a necessidade de realizar duas vezes o preparo para o processamento de um mesmo recurso.

Em suma, o enunciado 355 da Súmula da Corte Suprema está superado a partir da vigência da Lei 10.350, pois os prazos para a interposição dos outros recursos só começarão a fluir da intimação do julgamento dos embargos.⁷²

1.5. Regularidade formal

Quanto à forma, os embargos infringentes devem ser interpostos por petição, juntamente com as razões do inconformismo e do pedido de nova decisão, ou seja, devem ser fundamentados.

Assim, a falta de razões do pedido de nova decisão é motivo de não-conhecimento dos embargos infringentes, pois não se admite a interposição destes por simples cota nos autos. Aplica-se ao caso, por não haver preceito específico, o art. 506 do Código de Processo Civil.

Além disso, admite-se também a transmissão via *fac-símile*, devendo o embargante apresentar a peça original no quinquídio posterior ao término do prazo recursal, nos termos do art. 2º da Lei 9.800, de 1999. *A contrario sensu*, é inadmissível o recurso interposto por cota nos autos e também aquele feito pela via oral na sessão de julgamento da apelação ou da rescisória.

A petição deve ser dirigida ao redator do acórdão embargado, conforme os arts. 531 e 556, ambos do Código de Processo Civil. Também é preciso conter a qualificação das partes, as razões recursais e o pedido de novo julgamento. Pode-se argumentar inclusive matéria diferente, desde que não ultrapasse o limite da divergência do acórdão embargado. Por fim, a petição deve ser assinada por advogado com instrumento de mandato nos autos, podendo ser apresentado juntamente com a petição do recurso.⁷³

Processam-se os embargos nos próprios autos da causa, e não em autos apartados. Incumbe à secretaria do tribunal juntar naqueles a petição do embargante, independentemente de despacho ou de qualquer outra formalidade.⁷⁴

1.6. Preparo

Na conformidade com o antigo § 1º do art. 533, uma vez admitidos os embargos infringentes pelo relator do acórdão embargado, cabia ao embargante, a menos que alguma regra legal disso o dispensasse, o ônus de efetuar o preparo, no prazo de 10 dias.⁷⁵

Ocorre que o § 1º foi revogado pela Lei 8.950, silenciando acerca do preparo dos embargos. Não quer dizer que se haja suprimido

esse requisito; o ponto ficou reservado, conforme o art. 511, à “legislação pertinente”, ou seja, às normas de organização judiciária e aos próprios Regimentos Internos dos tribunais.⁷⁶ Atualmente os embargos infringentes não estão sujeitos a preparo no Superior Tribunal de Justiça e nos Tribunais Regionais Federais. No entanto, só será necessário o seu imediato recolhimento quando lei extravagante expressamente o exigir.⁷⁷

Assim, o preparo, quando houver, será feito previamente e sua comprovação deverá acompanhar a petição de interposição do recurso de embargos infringentes, conforme regra geral do preparo previsto no art. 511 do Código de Processo Civil.⁷⁸

Dessa forma, exigível o preparo, seu descumprimento acarreta a deserção dos embargos, declarável pelo relator do acórdão embargado, ou se lhe passar despercebido no primeiro juízo, ainda pelo órgão julgador do recurso, podendo também ser alegada nas contra-razões pelo embargado. Ao revés, não há de se cogitar de deserção se a legislação pertinente não exige o preparo.⁷⁹

1.7. Procedimento

Ao lado de alterações substanciais no cabimento, os embargos infringentes também sofreram modificações relevantes em seu procedimento, que foram realizadas nos arts. 531, 533 e 534 do Código vigente.

Pela antiga redação do Código de Processo Civil de 1973, após a interposição dos embargos infringentes, o relator deveria, preliminarmente, exercer o juízo de admissibilidade destes. Admitido o recurso, procedia-se o sorteio do novo relator e somente após

abria-se vista ao embargado para oferecimento de sua resposta. Eis a redação primitiva dos preceitos:

Art. 531. Compete ao relator do acórdão embargado apreciar a admissibilidade do recurso.

Art. 533. Admitidos os embargos, proceder-se-á ao sorteio de novo relator.

Art. 534. Sorteado o relator e independentemente de despacho, a secretaria abrirá vista ao embargado para a impugnação.

Com a nova redação, o procedimento dos embargos ficou bem mais simplificado. Interposto o recurso, o relator do acórdão intimará desde logo o embargado para respondê-lo e, somente após, procederá ao juízo de admissibilidade. Eis o novo art. 531: “Art. 531. Interpostos os embargos, abrir-se-á vistas ao recorrido para contra-razões; após, o relator do acórdão embargado apreciará a admissibilidade do recurso”.

Assim, os embargos infringentes, cujo prazo é de quinze dias, conforme art. 508 do Código de Processo Civil, são processados nos próprios autos do processo e são dirigidos ao relator do acórdão embargado. Após concessão de vista ao embargado para contra-razões, no mesmo prazo de quinze dias, ao relator competirá exercer o primeiro juízo de admissibilidade do recurso.

Tal mudança foi muito significativa, pois se encontra coerente com o sistema recursal, já que o magistrado tem melhores condições de examinar a admissibilidade do recurso após o oferecimento da respectiva resposta, justamente porque é nela que ele encontrará os indicativos pelos quais o recurso deverá ser admitido, ou não.

O juízo de admissibilidade passa a ser exercido pelo relator do acórdão recorrido, depois do contraditório, após as contra-razões do embargado. Os requisitos intrínsecos são os mesmos de qualquer recurso (legitimidade, interesse recursal e cabimento). Quanto aos extrínsecos, o prazo é de quinze dias, com obediência do instituído nos arts. 188 e 191 do Código de Processo Civil.⁸⁰

Inadmitidos os embargos infringentes pelo relator do acórdão embargado, cabe agravo interno-regimental para o colegiado. Recebidos os embargos, os infringentes são processados à luz do respectivo regimento interno.

Caso o relator do acórdão adote a alternativa de admitir os embargos, estes serão processados e julgados conforme dispuser o regimento interno do tribunal, sorteando-se, se possível, novo relator, seguindo-se os autos conclusos ao revisor (art. 551, CPC) para, posteriormente, ser incluído o recurso em pauta de julgamento.⁸¹

O novo relator poderá rever o juízo de admissibilidade, já que se trata de matéria de ordem pública, não sujeita à preclusão. Se os embargos infringentes não forem conhecidos por decisão monocrática, cabe também agravo interno-regimental, no prazo de cinco dias, conforme o art. 532 do Código de Processo Civil, dirigido ao colegiado competente, processando-se nos mesmos autos.⁸²

Dessa forma, quanto às modificações introduzidas nos arts. 533 e 534, encontram-se em consonância com o procedimento traçado pelo novo art. 531 e com o acréscimo pertinente à necessidade de adaptação do julgamento do recurso à estruturação interna de

cada tribunal. Assim, admitidos os embargos infringentes, serão eles processados e julgados segundo o regimento interno do respectivo tribunal. Rezam os novos preceitos:

Art. 533. Admitidos os embargos, serão processados e julgados conforme dispuser o regimento interno do tribunal.

Art. 534. Caso a norma regimental determine a escolha de novo relator, esta recairá, se possível, em juiz que não haja participado do julgamento anterior.

Em suma, quanto ao procedimento é possível concluir que *ocorreu uma simplificação no processamento do recurso, com o objetivo de facilitar a análise da admissibilidade* e até mesmo do mérito recursal, além de continuar a permitir um julgamento imparcial, na medida em que prescreve a possibilidade do recurso ser relatado por magistrado não participante da decisão embargada.

1.8. Julgamento

No julgamento dos embargos incidem os arts. 551, 552, 553 e 554, se, no tribunal, o órgão competente para apreciar o recurso for turma ou colegiado, e os arts. 556, 560, 561, 563, 564 e 565, todos do Código vigente.⁸³

Após conclusos ao relator dos infringentes, os autos irão ao revisor, ao qual caberá pedir dia para julgamento, conforme o art. 551, § 2º, do Código de Processo Civil.⁸⁴

Em seguida, os autos serão apresentados ao presidente do órgão colegiado, que designará dia para o julgamento, mandando publicar a pauta no órgão oficial, conforme art. 552 do Código de Processo Civil. É importante destacar que entre a data da publica-

ção da pauta e a sessão de julgamento, deverá haver, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas, de acordo com o art. 552, § 1º, do Código de Processo Civil.

A intimação das partes e seus procuradores para o julgamento em segundo grau de jurisdição deve atender aos requisitos do art. 552, além do art. 236, § 1º, do Código de Processo Civil. Os nomes de todas as partes, e de seus procuradores, a data, hora e local do julgamento e a individualização perfeita do processo a que se refere são os dados imprescindíveis da intimação.⁸⁵

Havendo embargos adesivos, deles só conhecerá o órgão *ad quem* se também puder conhecer dos principais, conforme o art. 500, III, do Código de Processo Civil, pouco importa se para provê-los ou improvê-los. Não se exclui a possibilidade de negar-se conhecimento unicamente aos embargos adesivos, por falta de algum dos seus requisitos próprios de admissibilidade.⁸⁶

Na sessão será permitida sustentação oral, não podendo ela se prestar a permitir que a parte traga fundamentação distinta daquela que está contida no arrazoado que acompanha a interposição do recurso, salvo se for matéria de apreciação oficial.

Após proferidos os votos, o presidente anunciará o resultado do julgamento, designando para redigir o acórdão o relator ou, se este for vencido, o autor do primeiro voto vencedor. Normalmente fica a cargo do relator, que deve incluir no acórdão o relatório, os fundamentos e o dispositivo, dando as razões dos votos vencedores e mencionando o voto vencido, se houver.

Quando o relator ficar vencido, será designado como relator do acórdão o juiz que proferiu o primeiro voto vencedor ou outro, também vencedor, que o órgão colegiado determinar.

No momento do julgamento do recurso, primeiramente, deverão ser analisadas as questões preliminares, para após passar à análise do mérito, desde que não tenha sido acolhida preliminar que o impeça. Se a questão preliminar suscitada tratar-se de vício sanável, poderá o julgamento ser convertido em diligência, remetendo-se os autos ao juízo *a quo*, a fim de que seja sanado o vício.⁸⁷

Após julgado o recurso, será redigido o acórdão, que, obrigatoriamente, deverá conter ementa e, depois de lavrado, deverá ter suas conclusões veiculadas no órgão oficial dentro de dez dias, conforme os arts. 563 e 564 do Código de Processo Civil.

No órgão oficial de imprensa deve ser publicado um resumo das conclusões do julgamento, sendo desnecessária a publicação do inteiro teor do acórdão. Da súmula das conclusões deve ser possível extrair-se o cerne do julgamento, de sorte a possibilitar sua compreensão pelos advogados intimados pela imprensa. O prazo para o recurso contra o acórdão começa a correr a partir da veiculação da súmula no órgão oficial.

Estudados os embargos infringentes à luz da Lei 10.352, convém analisar a problemática que envolve a subsistência do recurso no Direito brasileiro, já que existem três diferentes opiniões, assunto que será objeto do próximo capítulo.

2. Correntes doutrinárias existentes sobre o cabimento dos embargos infringentes

Como já anunciado, há tempos a doutrina pátria debate a preservação dos embargos infringentes no Direito brasileiro, sendo possível encontrar três diferentes opiniões, que ensejaram a formação das seguintes correntes doutrinárias: conservadora, intermediária e abolicionista ou extintiva.

2.1. Corrente conservadora

A primeira corrente a ser estudada é a *conservadora*, ou seja, a favor da manutenção dos embargos infringentes da mesma forma que o recurso foi tratado no *original Código de 1973*. Argumenta-se a conveniência de abrir-se nova oportunidade de revisão da matéria julgada, quando, no próprio tribunal, não se forma unanimidade. Existirá o perigo de permitir-se a cristalização definitiva de injustiças? Possivelmente contidas em pronunciamentos vistos como não-convincentes, por que não são resultado de votação unânime.⁸⁸

Outro argumento a favor da continuação dos embargos no nosso sistema recursal como no primitivo Código de 1973 é o de que um segundo exame da matéria vai conduzir, na maioria das vezes, a correção de decisões errôneas, bem como de que cabe o julgamento dos embargos infringentes, em geral, a um órgão composto de maior número de juízes, sendo lícito presumir-se que se chegará a um resultado mais seguro.⁸⁹

Portanto, aqueles que sustentam a manutenção dos embargos infringentes alegam que este recurso auxilia na relevante função

de harmonizar as decisões judiciais. Ainda que legitimada pelo sistema processual em vigor, é certo que essa situação tangencia violação ao princípio da igualdade e a possibilidade de embargos infringentes auxilia na busca do ideal de justiça.⁹⁰

Assim, argumento favorável à manutenção dos embargos infringentes da mesma maneira que no original Código de 1973 é o de que o seu manejo colabora na busca do ideal de justiça, supostamente retratado nas decisões unânimes proferidas pelos órgãos jurisdicionais colegiados.⁹¹ Todos são argumentos de grande relevância, no entanto, contestáveis, conforme será exposto no tópico destinado ao confronto da tese para a análise crítica.

2.2. Corrente intermediária

A questão da existência, manutenção ou extinção do recurso de embargos infringentes em nosso sistema recursal é bastante discutida pela doutrina. Já na elaboração do projeto do Código de 1973 discutia-se a conveniência de se prever ou não os embargos infringentes.

Essa questão voltou a ser discutida pela Comissão de Reforma do Código de Processo Civil, que elaborou o projeto que deu origem à Lei 10.352, tendo prevalecido a tese de manutenção desse recurso, com as limitações quanto ao seu cabimento previstas na atual redação do art. 530.⁹² Houve na Lei 10.352 a adoção da tese intermediária acerca da *verzata quaestio*.

O Professor Barbosa Moreira, adepto desta corrente, asseverou que deveria ser mantido o recurso de embargos infringentes,

mas lhe restringindo o cabimento, excluindo-o em alguns casos, como o de divergência, só no julgamento preliminar, ou em apelação interposta contra sentença meramente terminativa, e também o de haver o tribunal *confirmado* (embora por maioria de votos) a sentença apelada, à semelhança do que se dava no sistema original recursal de 1939.⁹³

Julga-se ser possível conciliar a manutenção dos embargos infringentes, pela sua destacada importância no sistema recursal, com a efetividade da prestação jurisdicional perseguida. Sendo esta a corrente prestigiada pela Comissão de Reforma do Código de Processo Civil, não adotando o entendimento de eliminação do efeito suspensivo, mas preferindo, apenas, diminuir o cabimento do recurso e simplificar o seu processamento, como já defendia o Professor Barbosa Moreira nas mais recentes edições de suas obras, inspirando a elaboração da Lei 10.352 de 2001.

2.3. Corrente abolicionista ou extintiva

Critica-se a permanência do recurso de embargos infringentes em nosso ordenamento jurídico, primeiramente, sob a alegação de que ele constitui-se em mais um recurso obsoleto e inútil, a ensejar a postergação do término do processo.⁹⁴ Este fator se agrava no nosso sistema recursal pela possibilidade de surgir, dentro do mesmo processo, mais de um recurso de apelação, o que geraria a interposição de diversos embargos infringentes, prolongando ainda mais a demora da entrega da prestação jurisdicional.⁹⁵

Além disso, a favor da abolição dos embargos infringentes asseverou o Professor Moacyr Lobo da Costa que os embargos

infringentes são um recurso que enseja uma morosidade processual que não se coaduna com o dinamismo que seria desejável tivesse o processo.⁹⁶

Além deles, defendendo a tese do abolicionismo o Desembargador Federal Antônio Souza Prudente observou, *litteris*:

No contexto do processo civil em vigor, há total desnecessidade do recurso de embargos infringentes, pois ele contraria os princípios da razoabilidade e da economia processual, essenciais à feitura de um processo justo, para a sociedade do terceiro milênio, tendo em vista que o sistema processual vigente dispõe de outros mecanismos mais eficientes, no controle difuso da legalidade, perante os tribunais do país, para atingir os objetivos perseguidos pelos infringentes, com maior presteza e total eficácia, na afirmação dos postulados da Justiça⁹⁷ (não há grifo no original).

Assim, é claro que o número exacerbado de recursos e formas de impugnação existentes em nosso sistema recursal são desnecessárias, causando prejuízos irreparáveis pela infundável demora da entrega final da prestação jurisdicional, que em muitos casos acaba se mostrando tardia e ineficaz.

Dessa forma, parcela expressiva da doutrina critica a manutenção do recurso em tela no sistema recursal brasileiro, sob o principal fundamento de que o recurso de embargos infringentes é incompatível com o vetor da celeridade que deve orientar a prestação jurisdicional,⁹⁸ agravado pelo fato de que ao se admitir a existência de um recurso para simples impugnação de um voto vencido, estará sendo aberto um precedente para que pela mesma razão se deva admitir um segundo recurso de embargos sempre que no

novo julgamento subsistir um voto vencido, podendo se arrastar a verificação do acerto da sentença por largo tempo, vindo o ideal de justiça a ser sacrificado pelo desejo de aperfeiçoar a decisão.⁹⁹

Portanto, o recurso de embargos infringentes não é compatível com a finalidade principal que deve nortear o sistema recursal brasileiro, qual seja: a eficácia da prestação jurisdicional.

2.4. Análise crítica

Apesar de os argumentos a favor da manutenção dos embargos infringentes serem bastante relevantes, como por exemplo, o alcance do ideal de justiça, nada justifica a procrastinação do feito que o recurso de embargos infringentes traz ao processo. A decisão sujeita aos embargos, na maioria das vezes, será objeto de um novo recurso, extraordinário, especial ou até ambos, o que torna possível o alcance do ideal de justiça através das Cortes Supremas do país.

É claro que se deve analisar a existência do perigo de cristalizar-se definitivamente injustiças, contidas em pronunciamentos vistos como inconvincentes, porque não resultaram de julgamento unânime. Não se exclui, porém, a hipótese inversa.¹⁰⁰

O que ocorre é que a lei brasileira, apesar de buscar a verdade dos fatos submetidos a sua jurisdição, tem causado a falta de efetividade dos julgados. A busca exaustiva da verdade, através de um número infundáveis de recursos, por vezes dispensáveis e desnecessários, como é o caso dos embargos infringentes, tem trazido uma superação da qualidade do resultado da jurisdição em de-

trimento da eficácia social dos julgados, em consequência de uma inoportuna demora no julgamento das lides.

Deve-se buscar primordialmente a celeridade processual e a eficiência social dos julgados e não as certezas absolutas na prestação jurisdicional, pois a jurisdição estatal deve ser prestada de forma eficiente e proveitosa para as partes, o que não vem ocorrendo devido a uma prisão exagerada às formas e não à finalidade. Procura-se um julgado perfeito materialmente, no entanto, finda-se com uma decisão inócua por falta de realização dos seus efeitos no mundo prático. É preciso buscar soluções compatíveis com a realidade tal como ela se apresenta.

Assim, os embargos infringentes devem ser abolidos do nosso sistema recursal, pois a sua manutenção provoca um demora infundada no processo, trazendo, assim, a perda do ideal de justiça e não o seu alcance como querem aqueles que proclamam pela sua manutenção.

Antes de passar às conclusões finais, extraídas do estudo, convém lembrar do problema relacionado ao direito intertemporal, já que a recente mudança da opção do legislador da tese conservadora em favor da corrente intermediária, trouxe reflexos práticos na atividade forense que merecem ser estudados.

3. Direito intertemporal

3.1. Generalidades

A título acadêmico, pode-se dizer que toda lei possui uma dimensão temporal, referente ao seu tempo de vigência, e uma dimen-

são eficaz, referente aos efeitos que produz mesmo depois de ter sido substituída.¹⁰¹

Quanto à dimensão temporal, o legislador da Lei 10.352 aumentou o prazo ordinário da *vacatio legis*, permitindo a discussão e adaptação dos operadores do Direito às modificações trazidas por ela. Assim, no art. 2º da citada norma, há previsão expressa de que o prazo de vacância será de três meses. Portanto, a Lei 10.352 existe desde 26 de dezembro de 2001, mas passou a ter vigência somente três meses após a sua publicação, ou seja, a partir do dia 26 de março de 2002.¹⁰² Por consequência, *os artigos originários do Código de Processo Civil de 1973 restaram revogados com o advento da Lei 10.352, mas com vigência apenas em março de 2002.*

Já quanto à dimensão eficaz, é aquela que se refere ao momento de início e término de sua eficácia. Quanto a este aspecto, adota-se a regra constitucional de que a lei deve respeitar o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido, numa demonstração de que mesmo vigente a lei deixará de impor seus preceitos a certas situações já consumadas sob o império da lei anterior. Logo, restringe-se a eficácia da lei processual, para deixar intactos o ato jurídico perfeito, os direitos adquiridos e a coisa julgada.¹⁰³

Por força destes princípios é que a recorribilidade se rege pela lei em vigor na data em que foi publicada a decisão, ou seja, norma superveniente respeita os atos já praticados e os respectivos efeitos já produzidos antes da sua vigência, conforme entendimento prestigiado pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, *verbis*: “Agravado de petição. Recurso extinto pelo novo Código de Processo Civil. Regula o cabimento do recurso a lei vigente ao tempo da decisão recorrida”.¹⁰⁴

Cabe aqui fazer uma distinção para que não se confundam institutos completamente distintos do direito processual, quais sejam: intimação e publicação. Ao contrário do que parece à primeira vista, a publicação não se confunde com a intimação. A publicação é o ato processual por meio do qual o magistrado singular ou o presidente do órgão colegiado externa oficialmente a decisão, passando desde então a ter existência no mundo jurídico. Já a intimação é o “ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa”, segundo o art. 234 do Código de Processo Civil.¹⁰⁵ Dessa forma, como ensina o Professor Galeno Lacerda, *verbis*: “Devemos distinguir a publicação que resulta do anúncio público da decisão pelo Presidente do Órgão julgador, a qual pode tornar esta já, de si, eficaz, da publicação do julgado no órgão oficial, como condição ou termo inicial de fluência do prazo recursal¹⁰⁶ (não há grifo no original)”.

Logo, a publicação e a intimação são concretizadas em momentos distintos, prevalecendo, para efeito de fixação da lei reguladora do recurso, a norma em vigor na data da publicação da decisão, já que o direito ao recurso nasce no primeiro momento, e não quando da intimação oficial. A rigor, a intimação serve para fixar o termo inicial para a contagem do prazo recursal, conforme os arts. 242 e 506 do Código de Processo Civil.¹⁰⁷

3.2. Direito intertemporal e o cabimento dos embargos infringentes

Sensíveis foram as mudanças trazidas pela Lei 10.352 ao recurso de embargos infringentes. Ele não chegou a ser abolido, mas

ocorreram acentuadas reduções em seu cabimento, com a adoção da tese intermediária.

Assim, não caberão mais embargos infringentes de acórdãos não-unânicos de não-conhecimento da apelação, bem como de acórdão não-unânime em apelação contra sentença terminativa, de apelação não-unânime que *confirme* a sentença de mérito e nem mesmo daqueles que julguem inadmissível ou improcedente a ação rescisória.

No entanto, com tudo isso surge uma indagação: como ficam os acórdãos que se tornaram públicos no dia anterior à vigência da lei nova?

Certamente que por força dos princípios da irretroatividade das leis e do respeito ao ato jurídico perfeito, a coisa julgada e ao direito adquirido, *é possível afirmar que aquelas decisões publicadas na égide da lei antiga fazem nascer o direito ao recurso, com abrangência de todas as hipóteses de cabimento da lei revogada.*¹⁰⁸ Este é o entendimento do Supremo Tribunal Federal, que assim tem decidido, *verbis*:

Embargos infringentes e direito intertemporal.

O tribunal, preliminarmente, por maioria, conheceu de embargos infringentes contra decisão não-unânime proferida pelo STF em ação direta, uma vez que a data da decisão embargada é anterior à Lei 9.868/99, que aboliu os embargos infringentes em tal hipótese, apesar de a publicação do acórdão ter ocorrido quando de sua vigência. *Considerou-se que, para a aplicação imediata de inovações processuais, a data a ser considerada pelo tribunal é a do julgamento, uma vez que a partir dessa decisão nasce o direito subjetivo ao recurso autori-*

zado pela lei vigente no momento. Vencido o Ministro Carlos Velloso, que não conhecia dos embargos por entender que o controle concentrado de constitucionalidade não visa direito subjetivo, mas sim garantir a ordem jurídica. ADI (EI) 1.591-RS, rel. Min. Sepúlveda Pertence, 27/11/2002. (ADI-1591) (sem grifo no original).¹⁰⁹

Tal exemplo demonstra que a lei tem aplicação imediata, mas com temperamentos. O Professor Candido Rangel Dinamarco foi claro a respeito do tema, quando asseverou que constituiu objetivo do veto constitucional e legal à retroatividade das leis a preservação das situações jurídicas consumadas sob o império da lei antiga. A regra de plena aplicação ao sistema processual, importa respeito à eficácia dos atos já realizados no processo, liberando-se a imposição da lei nova em relação aos atos ainda a realizar.¹¹⁰

Assim, apesar de que os novos atos processuais relativos ao recurso de embargos infringentes terem que obedecer a lei nova, no que tange ao *cabimento*, dever-se-á respeitar todos aqueles casos admitidos pela lei *antiga*, sob pena de desrespeito ao direito adquirido processual.

Em conclusão, como a modificação trazida pela Lei 10.352 de 2001, teve caráter restritivo, criando novos requisitos para a admissibilidade dos embargos infringentes, impõe que elas jamais se apliquem a embargos já interpostos, pois esta seria uma radical e absurda retroação vedada em lei. Nem se aplicam as novas disposições aos casos pendentes no momento da vigência da lei nova, não havendo ainda sido interpostos os embargos infringentes, mas sendo admissíveis segundo a lei velha. O direito a este recurso

já está incorporado ao patrimônio jurídico processual da parte e não se admite que esse direito adquirido fique atingido pelas restrições supervenientes, sob pena de ilegítima retroatividade destas. As mudanças trazidas pela reforma do Código de Processo Civil, principalmente nos casos restritivos, como é o caso dos embargos infringentes, são um nítido exemplo de aplicação da regra segundo a qual a admissibilidade de um recurso se afere pela lei do tempo da publicação da sentença ou do acórdão recorrido, não podendo ser eliminada ou restringida por lei posterior.¹¹¹

3.3. Direito intertemporal e a interposição dos recursos especiais e extraordinários

Conforme já dito anteriormente, houve relevante modificação quanto à contagem do prazo para interposição dos recursos extraordinário e especial quando houver julgamento de acórdão que contenha parte unânime e outra divergente.

Pela regra contida no original Código de Processo Civil de 1973, o recorrente tinha o ônus de interpor, simultaneamente, os recursos especial e extraordinário, caso fossem cabíveis. Portanto, o *dies a quo* para contagem do prazo de interposição dos recursos mencionados e dos embargos infringentes tinha início na mesma data. Ocorre que com a reforma implementada em 2001, o termo inicial da contagem do prazo dos outros recursos passou a ser a data da intimação do acórdão que decidir os embargos infringentes, e se estes não forem interpostos, o prazo relativo à parte unânime terá início com o trânsito em julgado da decisão por maioria de votos.

O que ocorre é que a norma nova é de direito formal e por isso tem incidência imediata. Assim, só serão beneficiados os recorrentes em que ocorrer a publicação do acórdão não-unânime durante a vigência da lei revogadora. Já acórdãos que contiverem parte unânime e parte divergente e forem publicados até o dia anterior à vigência da lei nova deverá ser atacado pelos recursos constitucionais, simultaneamente com o recurso de embargos infringentes, não podendo ser aplicada a nova regra processual contida no art. 498 do Código de Processo Civil vigente.¹¹²

Em suma, a lei ab-rogada impunha ao vencido o ônus de simultaneamente interpor embargos infringentes aos capítulos de acórdão que os comportassem e interpor recursos especial e extraordinário contra os que não os comportassem. A lei nova permitiu a interposição dos outros recursos ao momento em que, havendo os embargos infringentes sido julgados, do acórdão ali proferido a parte venha a ser intimada; ou, em caso de não-interposição dos embargos infringentes, ao momento em que expirar *in albis* o prazo para interpô-los.¹¹³

Isso não significa que, não havendo, na vigência da lei velha, sido interpostos os recursos extraordinário e especial eventualmente cabíveis contra um daqueles capítulos de acórdão, o advento da Lei 10.352 de 2001, redimisse o omissio e lhe reabrisse o prazo para esses recursos, pois o seu direito já estaria precluso. Só será aplicada a lei nova para aqueles casos em que o acórdão for publicado na vigência dela, caso contrário, aplica-se a lei antiga em todos os seus aspectos, principalmente, no que tange ao cabimento

e ao prazo para a interposição dos recursos extraordinário e especial.¹¹⁴ Portanto, as modificações trazidas pela Lei 10.352 de 2001, só será aplicável para os feitos que tiverem acórdãos não-unânicos publicados a partir de sua vigência.

Conclusão

Os embargos infringentes sempre foram considerados como um recurso de utilidade bastante questionada. Previstos unicamente no Direito brasileiro, desde o Código de Processo Civil de 1939 a doutrina de um modo geral já propugnava pela sua retirada de nosso ordenamento jurídico. Advertia-se que esse recurso tenderia a desaparecer, “em futuro próximo ou remoto, da nossa legislação processual”, constituindo ele um *bis in idem*: é o segundo tempo do recurso de apelação”.¹¹⁵

Tal recurso sempre foi uma espécie objeto de discussão e divergência, tanto é que, desde a sua inclusão no ordenamento jurídico, ele sofre constantes modificações. A doutrina discorda, principalmente, no que tange à necessidade ou não do recurso de embargos infringentes, alegando-se que ele é imprescindível à perfeição dos julgados, mas por outro lado, produz uma indevida procrastinação dos feitos.

Com as alterações realizadas pela Lei 10.352, retomaram-se as discussões acerca do tema, pois a Comissão de Reforma do Código de Processo Civil trouxe um retrocesso, uma vez que a nova forma estabelecida para o recurso de embargos infringentes retoma o que estabelecia o antigo Código de Processo Civil de 1939, ou seja, os embargos infrin-

gentes passaram a ter cabimento apenas nos casos de acórdão não-unânime que reforme, em grau de apelação, a sentença de mérito ou de julgamento procedente da ação rescisória.

Logo, houve mudanças substanciais no cabimento do recurso em análise, que teve as suas hipóteses de interposição restringidas, além de relevante modificação ocorrer na parte que se refere aos prazos de interposição dos recursos extraordinário e especial, já que pelo regime antigo, via de regra, havia a necessidade de interposição de duplo recurso, pois a parte inconformada deveria interpor um quanto à parte unânime e outro somente após o julgamento dos embargos infringentes. Tal situação foi simplificada, tendo em vista que o novo art. 498 do Código de Processo Civil estabelece que a parte só irá interpor os outros recursos após o julgamento dos embargos infringentes ou após o trânsito em julgado da parte não-unânime da decisão.

Além disso, depois de todas as críticas relativas à desnecessidade e à forma procrastinatória do referido recurso, a Comissão de Reforma do Código de Processo Civil buscou simplificar o processamento e julgamento dos embargos infringentes, passando a análise da admissibilidade do recurso para momento posterior à apresentação das contra-razões do embargado.

Apesar de todas as modificações trazidas pela lei, ainda não surgiu solução que agradasse a todas correntes doutrinárias que debatem sobre a matéria. A primeira, defendendo a conservação do recurso de embargos infringentes nos moldes do primitivo Código de 1973, sob a alegação de que um segundo

exame da decisão pode levar a correções daquelas errôneas. A segunda, trazendo uma opinião intermediária, defende a tese de que se deve buscar conciliar a importância do recurso em estudo com a efetividade da prestação jurisdicional, que prevaleceu nos debates que ensejaram a Lei 10.352, de 2001. E, por fim, a última corrente, a qual prescreve a abolição do recurso, que defende o ideal de inutilidade, desnecessidade e procrastinação dos embargos infringentes.

Diante de todo o exposto, a consideração de maior relevância que se deve fazer na análise da utilidade ou não dos embargos infringentes é a comparação entre os bens juridicamente protegidos pelo ordenamento. Assim, conclui-se que o direito a uma prestação jurisdicional efetiva, que alcance o objetivo e a pretensão buscada pela parte na provocação do Judiciário deve sobrepor-se a um desnecessário desejo de perfeição dos julgados.

Por fim, tendo em vista a permanência do recurso no nosso sistema recursal, é importante destacar que esta nova possibilidade de cabimento somente será aplicável para o acórdão publicado após a lei nova, protegendo-se o direito adquirido processual quanto às decisões publicadas durante a vigência da lei velha. A Lei 10.352 somente alcançará aqueles julgados em que se der a publicação após a sua vigência, não abrangendo os demais mesmo que a intimação ocorra posteriormente. Decisão publicada na vigência da lei revogada, porém com intimação no período da lei nova, deverá respeitar o regime jurídico anterior, sob pena de nulidade por infração à proteção constitucional ao direito adquirido.

Referência Bibliográfica:

BORGES, Marcos Afonso. *Embargos infringentes*. 3ª ed. rev. e atual. Goiânia: AB, 1998.

BRITO, Ana Maria Duarte Amarante. *Inovações no Processo Civil: comentários às Leis 10.352/2001 e 10.358/2001*. Brasília: ProSSegraf, 2002.

CAVALCANTI, Francisco de Queiroz Bezerra. *Inovações no processo civil em matéria recursal: considerações sobre a lei 10.352/01*. Capturado em: <http://www1.jus.com.Br/doutrina/texto.asp?id=2577> Acesso em: 20 fev.2002.

COSTA, Moacyr Lobo, AZEVEDO, Carlos. *História do processo: recursos*. São Paulo: Joen, 1996.

CUNHA, Leonardo José Carneiro da. *Inovações no Processo Civil: comentários às Leis 10.352/01 e 10.358/01*. São Paulo: Dialética, 2002.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A reforma da reforma*. São Paulo: Malheiros, 2002.

FERREIRA, Andréia Lopes de Oliveira. *Embargos infringentes e questões de ordem pública*. Disponível em: <<http://www.jusnavegandi.com.br>, n. 56>. Acesso em: 04/05/2001.

FIDELIS SANTOS, Ernani. *Embargos infringentes*. O direito em movimento, Espírito Santo: Instituto Capixaba de Estudos, v. 01, janeiro a junho/2000, 2000.

GOMES JUNIOR, Luiz Manoel. *A Lei 10.352 de 26/12/2001 – Reforma do Código de Processo Civil – alterações na remessa obrigatória e no processamento dos recursos cíveis*. Revista de Processo, São Paulo: ano 27, n. 105, janeiro-março de 2002, 2002.

HELOISA CUNHA, Gisele. *Embargos infringentes*. São Paulo: RT, 1993.

JORGE, Flávio Cheim. *A nova reforma processual: as mudanças introduzidas no CPC pelas Leis 10.352 e 10.358, de dezembro de 2001*. São Paulo: Saraiva, 2002.

MAZZEI, Rodrigo Reis. *Dos recursos: temas obrigatórios e atuais*. Espírito Santo: ICE, 2001.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Comentários ao Código de Processo Civil, Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973, vol. V: arts. 476 a 565*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil, Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973, vol.V: arts. 476 a 565*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

NERY JUNIOR, Nelson. *Código de Processo Civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor*: 6 ed. rev. e atual. São Paulo: RT, 2002.

PARIZATTO, João Roberto. *Alterações do CPC 2002: Leis 10.352 de 26/12/01 e 10.358 de 27/12/01*. Minas Gerais: EDIPA, 2002.

PINTO, Nelson Luiz. *Manual dos recursos cíveis*. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

PRUDENTE, Antônio Souza. *O duplo juízo de admissibilidade dos recursos e o princípio da economia processual*. Correio Braziliense, Brasília, 17/02/02, caderno Direito e Justiça.

SANTOS, Diogo Caneda dos. *Embargos infringentes: um recurso desnecessário*. Disponível em: <<http://www.jusnavegandi.com.br>, n. 37>. Acesso em: 04/05/2001.

SOUZA, Bernardo Pimentel. *Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória*. 2ª ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Maza, 2001.

WAMBIER, L. R., WAMBIER, T. A. A. *Breves comentários à 2ª fase da reforma do Código de Processo Civil*. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

Notas:

¹ Apud JORGE, Flávio Cheim. *A nova reforma processual: as mudanças introduzidas no CPC pelas Leis 10.352 e 10.358 de dezembro de 2001*. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 104-105.

² *Idem*, p. 105.

³ *Idem, ibidem*.

⁴ PINTO, Nelson Luiz. *Manual dos recursos cíveis*. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 27.

⁵ Apud *Idem*, p. 28.

⁶ MOREIRA. ob. cit., 2001, p. 233.

⁷ PINTO. ob. cit., p. 162.

⁸ PINTO. ob. cit., p. 27.

⁹ MOREIRA. ob. cit., 2001, p. 236.

¹⁰ SOUZA. ob. cit., p. 326.

¹¹ JORGE. ob. cit., p. 106.

¹² *Idem, ibidem*.

¹³ MAZZEI, Rodrigo Reis. *Dos recursos: temas obrigatórios e atuais*. Espírito Santo: ICE, 2001, p. 254.

¹⁴ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 4ª Turma. REsp 360334-RN. Relator: Min. Ruy Rosado de Aguiar. Data do julgamento: 09/04/02. DJ de 20/05/02, p. 155.

¹⁵ MAZZEI. ob. cit., p. 254.

¹⁶ *Idem*, p. 255.

¹⁷ JORGE. ob. cit., p. 107.

¹⁸ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. 2ª Câmara Cível. *Embargos Infringentes na Apelação 1998.01.1.043247-7*. Relatora: Des. Carmelita Brasil. Data do julgamento: 20/11/2002. DJU de 12/02/2003, p. 22.

¹⁹ NERY JUNIOR, Nelson. *Código de Processo Civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor*. 6 ed. rev. e atual. São Paulo: RT, 2002, p. 895.

²⁰ PINTO. ob. cit., p. 163.

²¹ *Idem*, p. 163-164. No mesmo sentido RTJ 115/900.

²² PINTO. ob. cit., p. 165.

²³ PINTO. ob. cit., p. 164.

²⁴ *Idem, ibidem*. No mesmo sentido: RTJ 87/476 E 109/156.

²⁵ *Idem*, p. 165. No mesmo sentido: MOREIRA. ob. cit., p. 524. NERY JUNIOR. ob. cit., p. 897.

²⁶ MOREIRA. ob. cit., 2002, p. 524.

²⁷ DINAMARCO, Cândido Rangel. *A Reforma da reforma*. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 200.

²⁸ MAZZEI. ob. cit., p. 255.

²⁹ JORGE. ob. cit., p. 108.

³⁰ *Idem, ibidem*.

³¹ JORGE. ob. cit., p. 109.

³² *Idem, ibidem*.

³³ MAZZEI. ob. cit., p. 263.

³⁴ *Idem, ibidem*.

³⁵ JORGE. ob. cit., p. 109.

³⁶ MAZZEI. ob. cit., p. 270.

³⁷ PINTO. ob. cit., p. 165.

³⁸ *Idem, ibidem*.

³⁹ *Idem*, p. 173.

⁴⁰ *Idem*, p. 175.

⁴¹ MOREIRA. ob. cit., 2002, p. 526.

⁴² NERY JUNIOR. ob. cit., p. 897.

⁴³ PINTO. ob. cit., p. 175.

⁴⁴ MAZZEI. ob cit, p. 270.

⁴⁵ PINTO. ob cit, p. 166.

⁴⁶ MOREIRA. ob cit., 2002, p. 529.

⁴⁷ PINTO. ob cit., p. 166.

⁴⁸ SOUZA. ob. cit., p. 350.

⁴⁹ *Idem*, p. 352.

⁵⁰ NERY JUNIOR. ob cit., p. 897.

⁵¹ BRITO, Ana Maria Duarte Amarante. *Inovações no Processo Civil: comentários às Leis 10.352/2001 e 10.358/2001*. Brasília: ProSSegraf, 2002, p. 30.

⁵² *Idem, ibidem*.

⁵³ *Idem*, p. 73.

⁵⁴ *Idem*, p. 74.

⁵⁵ *Idem, ibidem*.

⁵⁶ *Idem, ibidem*.

⁵⁷ *Idem, ibidem*.

⁵⁸ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 1ª Turma. AGA 453955/RS. Relator: Min. José Delgado. Data do julgamento: 03/09/02. DJ de 21/10/02, p. 320.

⁵⁹ WAMBIER, L. R., WAMBIER, T. A. A. *Breves comentários à 2ª fase da reforma do Código de Processo Civil*. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 181.

⁶⁰ CUNHA. ob cit., p. 74.

⁶¹ BRITO. ob cit., p. 31.

⁶² *Idem, ibidem*.

⁶³ *Idem, ibidem*.

⁶⁴ *Idem, ibidem*.

⁶⁵ *Idem*, p. 76.

⁶⁶ CHEIM. ob cit, p. 64.

⁶⁷ *Idem, ibidem*.

⁶⁸ MAZZEI. ob cit., p. 268.

⁶⁹ CHEIM. ob cit., p. 65.

⁷⁰ *Idem*, p. 66.

⁷¹ *Idem, ibidem*.

⁷² CAVALCANTI, Francisco de Queiroz Bezerra. *Inovações no Processo Civil em matéria recursal: considerações sobre a Lei 10.352/01*. Capturado em: <<http://www1.jus.com.Br/doutrina/texto.asp?id=2577>>. Acesso em: 20/02/2002.

⁷³ SOUZA. ob. cit., p. 353.

⁷⁴ MOREIRA. ob cit, 2002, p. 532.

⁷⁵ MOREIRA. ob cit., 2001, p. 534.

⁷⁶ *Idem, ibidem*.

⁷⁷ PINTO. ob cit., p. 171.

⁷⁸ *Idem*, p.166.

⁷⁹ MOREIRA. ob cit., p. 535.

⁸⁰ MAZZEI. ob cit, p. 272.

⁸¹ CUNHA. ob cit., p. 130.

⁸² MAZZEI. ob cit, p. 273.

⁸³ MOREIRA. ob cit., p. 538.

⁸⁴ NERY JUNIOR. ob cit., p. 925.

⁸⁵ *Idem, ibidem*.

⁸⁶ MOREIRA. ob. cit.,2002, p. 539.

⁸⁷ NERY JUNIOR. ob. cit., p. 927.

⁸⁸ MOREIRA. ob cit, 2001, p. 514.

⁸⁹ *Idem, ibidem.*

⁹⁰ FERREIRA. ob cit., p. 02.

⁹¹ *Idem, ibidem.*

⁹² PINTO. ob cit., p. 162.

⁹³ MOREIRA. ob cit., 2002, p. 515.

⁹⁴ MAZZEI, ob cit, p. 252.

⁹⁵ MOREIRA. ob cit., 2002, p. 514.

⁹⁶ FERREIRA, ob cit., p. 01.

⁹⁷ PRUDENTE, Antônio Souza. *O duplo juízo de admissibilidade dos recursos e o princípio da economia processual*. Correio Braziliense, Brasília, 17/02/02, caderno Direito e Justiça, p. 01.

⁹⁸ FERREIRA. ob cit, p. 02.

⁹⁹ MOREIRA. ob cit, 2002, p. 514.

¹⁰⁰ *Idem*, p. 515.

¹⁰¹ CHEIM. ob. cit., p. 122.

¹⁰² *Idem*, p. 123.

¹⁰³ *Idem*, p. 125.

¹⁰⁴ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1ª Turma. RE. 78.057. Relator: Min. Luis Galotti. Data do julgamento: 05/03/1974. DJU de 29/03/1974.

¹⁰⁵ SOUZA. ob cit, p. 174-175.

¹⁰⁶ *Idem*, p. 175.

¹⁰⁷ SOUZA. ob cit, p.176.

¹⁰⁸ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁹ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Informativo 292 do STF de 04 de dezembro de 2002*. Disponível em: <<http://www.stj.gov.br/noticias/informativos>>. Acesso em 11/02/2003.

¹¹⁰ *Apud* GOMES JUNIOR, Luiz Manoel. *A Lei 10.352 de 26/12/2001 – Reforma do Código de Processo Civil – alterações na remessa obrigatória e no processamento dos recursos cíveis*. Revista de Processo, São Paulo: ano 27, n.105, janeiro-março de 2002, 2002, p. 121.

¹¹¹ DINAMARCO. ob cit, p. 208.

¹¹² *Apud* GOMES JUNIOR. ob cit, p. 122.

¹¹³ DINAMARCO. ob cit, p. 217-218.

¹¹⁴ *Idem, ibidem.*

¹¹⁵ *Apud* JORGE. ob cit, p. 104-105.
